

**A REFORMA E O LAÇO SOCIAL: REFLEXÕES A PROPÓSITO  
DOS ENCONTROS E DESENCONTROS DA TRANSIÇÃO**

**THE RETIREMENT AND THE SOCIAL BOND: REFLECTIONS ON TRANSITION'S  
CONVERGENCES AND DIVERGENCES.**

**JUBILACIÓN Y VÍNCULO SOCIAL: REFLEXIONES SOBRE LAS  
CONVERGENCIAS Y DIVERGENCIAS DE LA TRANSICIÓN**

Teresa MARTINS

Escola Superior de Educação. Politécnico do Porto (Portugal)

Fecha de recepción del artículo: 2015  
Fecha de revisión del artículo: 2015  
Fecha de aceptación final: 29.III.2016

**PALAVRAS-CHAVE:**

gerontologia  
envelhecimento  
reforma  
discriminação etária

**RESUMO:** A saída formal do mercado de trabalho, por via da Reforma, é um momento que provoca alterações significativas nos ritmos e na organização do quotidiano. Esta constatação justifica uma reflexão sobre o seu impacto na vida das pessoas e sobre os preconceitos e estereótipos que acabam por lhe estar associados. Este trabalho teve como objetivo compreender o modo como a transição para a reforma afetou a vida das pessoas que participaram no estudo, à luz da teoria do “Laço Social”, proposta por Serge Paugam (2008). A análise recaiu sobre a experiência da reforma considerando as duas dimensões do Laço Social, propostas pelo autor —a proteção e o reconhecimento—, bem como as implicações que a reforma teve para estas pessoas nos quatro tipos de Laço Social que apresenta. Este trabalho sustentou-se num paradigma interpretativo da realidade, tendo sido realizadas seis entrevistas semiestruturadas a pessoas reformadas, que foram posteriormente submetidas a uma análise de conteúdo aprofundada. Concluiu-se que enquanto o laço de participação orgânica é fragilizado com a entrada na reforma, os outros três tipos de laço social acabaram por se reforçar com esta transição, nomeadamente o Laço de Filiação, o Laço de Participação Eletiva e o Laço de Cidadania, ainda que com expressões diversificadas. Neste texto evidenciam-se ainda os debates relativamente à reforma e aos preconceitos e estereótipos associados à velhice e ao envelhecimento como preocupações atuais para a Pedagogia Social.

CONTACTAR CON LOS AUTORES: Teresa Martins. Rua Dr. Roberto Frias, 602.4200-465. Porto - Portugal. [teresamartins@ese.ipp.pt](mailto:teresamartins@ese.ipp.pt).

<p><b>KEY WORDS:</b> gerontology aging (individuals) retirement age discrimination</p>	<p><b>ABSTRACT:</b> The formal exit from the labor market, through the Retirement, is a moment that causes significant changes in the rhythms of daily life and organization. This conclusion justifies a reflection on its impact on people's lives and on the prejudices and stereotypes that end up being associated with them. This study aimed to understand how the transition to retirement affected the lives of the people who participated in the study, in the light of the theory of "Social bond" proposed by Serge Paugam (2008). The analysis is on the experience of the retirement considering the two dimensions of Social Bond, proposed by the author – the protection and recognition – as well as the implications that the retirement had for these people in the four types of Social Bond. This work held up an interpretative paradigm of reality, having performed six semi-structured interviews with retired people, which were then subjected to an detailed content analysis. It was concluded that while the bond of organic participation is weakened with the entry in the retirement, the other three types of social bond turned out to be strengthened with this transition, and in particular affiliation bond, the bond of the elective participation and citizenship bond, even with diversified expressions. This text still shows up discussions about the retirement and prejudices and stereotypes associated with old age and aging as current concerns for Social Pedagogy.</p>
<p><b>PALABRAS CLAVES:</b> gerontología envejecimiento jubilación discriminación por edad</p>	<p><b>RESUMEN:</b> La salida formal del mercado laboral a través de la jubilación es un momento que provoca cambios significativos en los ritmos de vida cotidiana y organización. Esta conclusión justifica una reflexión sobre su impacto en la vida de las personas y sobre los prejuicios y estereotipos que terminan asociándose con ellos. Este estudio tiene por objetivo comprender cómo la transición hacia la jubilación afectó a las vidas de la gente que participó en el estudio, a la luz de la teoría del "Lazo social" propuesta por Serge Paugam (2008). El análisis se centró en la experiencia de la jubilación considerando las dos dimensiones del Lazo Social, propuestas por el autor –protección y reconocimiento- además de en las implicaciones que la jubilación tuvo para estas personas en los cuatro tipos del Lazo social. Este trabajo sostiene un paradigma interpretativo de la realidad, llevando a cabo seis entrevistas semiestructuradas con jubilados, quienes eran objeto de un análisis de contenido detallado. Se llegó a la conclusión de que mientras el lazo de participación orgánica se debilita con la jubilación, los otros tres tipos de lazo social se fortalecen con la transición, y en particular el lazo de filiación, el lazo de participación electiva y el lazo de ciudadanía, incluso con expresiones diversas. Este texto expone los prejuicios y estereotipos asociados con la jubilación y las personas mayores y el envejecimiento como problemas actuales de la Pedagogía Social.</p>

## 1. A Reforma como transição desafiante

A reforma, sendo uma das “*transições significativas*” (Moen & Wethington, 1999) que marca o ciclo de vida dos indivíduos, comporta desafios e mudanças que importa compreender tanto ao nível mais pessoal como estrutural. Neste sentido, repensar o papel das pessoas reformadas nas sociedades atuais é uma necessidade emergente, num contexto político/ económico que exclui de uma forma mais ou menos evidente as pessoas mais velhas das atividades produtivas remuneradas. Guillemard (2007) chama a atenção para a centralidade que o tempo de trabalho tem na vida das pessoas e na sua autoperceção do sentido de utilidade social, tornando-se por isso fundamental refletir e cooperar com vista à construção de uma nova perceção da velhice, fortalecida no potencial ainda pouco explorado do crescente grupo de pessoas reformadas enquanto agentes e atores de mudança.

Não obstante o aumento transversal do desemprego em todas as faixas etárias em Portugal nos últimos anos (de 6,3% de desemprego total em 2003 passou-se para 16,2 % em 2013, tendo no entanto este valor descido para 13,9% no ano de 2014), é no grupo etário dos 55 aos 64 anos que

este valor tem vindo a apresentar aumentos mais expressivos: de 4,3% em 2003 passou para 13,7% em 2013, subindo brutalmente para 40% em 2014 (Pordata, 2015).

Estes dados potenciam a discussão em torno do progressivo aumento da população com mais de 60 anos, que não é coerente com o progressivo afastamento das pessoas mais velhas do mercado do trabalho, que acontece cada vez mais cedo, e pelo desinvestimento progressivo relativamente a estes/as trabalhadores/as.

Outros fatores, nomeadamente de ordem demográfica, justificam que se repense a forma como se olha para as pessoas mais velhas, mais concretamente no que diz respeito à sua relação com o mercado de trabalho e à relação que o trabalho tem com estas. A gestão desta dinâmica acaba por refletir a forma como as diferentes gerações se relacionam entre si num contexto multidimensional, com implicações sociais, económicas e estruturais.

Importa aliás realçar que a questão das transferências sociais entre ativos/as e inativos/as é redutora quando se analisa a questão da reforma e do seu impacto na vida das pessoas e das sociedades, até porque há que considerar que a reforma interfere significativamente na forma

como se organiza todo o sistema de solidariedade intergeracional atual (Guillemard, 2007; Mendes & Albuquerque, 2014).

## 2. Construção de uma imagem desvalorizada do período da reforma

O Estado Providência teve um papel muito significativo no reforço da centralidade do tempo de trabalho dos indivíduos ao longo do seu percurso de vida. Se durante a juventude deveria haver proteção social que garantisse às pessoas a possibilidade de estudar, para se prepararem para entrar no mercado de trabalho, na velhice as pessoas teriam direito a um descanso protegido, com base no seu percurso enquanto trabalhadores (Guillemard, 2007). Esta organização do Estado Providência acaba por abrir espaço a uma desvalorização do tempo de inatividade, que neste contexto se prende com o tempo de formação e o tempo da reforma.

Esping-Andersen (1990), no famoso estudo que realizou sobre as políticas sociais, categoriza diferentes modelos de Estado Providência, procurando perceber em que medida contribuem estas políticas para uma maior autonomização dos indivíduos para sobreviverem em relação ao mercado. O autor fala no conceito de *'desmercantilização'* da força de trabalho dos indivíduos, ou seja, analisa as políticas "tendo como referência o grau de autonomia e independência que essas políticas conseguem garantir aos indivíduos e (ou) famílias de sobreviverem para além das relações de mercado" (Silva & Zimmerman, 2009, p. 345).

Neste sentido, podemos considerar que as medidas que estabelecem a idade da reforma e garantem pensões para os indivíduos reformados poderão ser medidas que permitem uma desmercantilização das pessoas idosas, que deixam de depender do mercado de trabalho para sobreviver. Não podemos, contudo, esquecer que os valores das reformas auferidas estão intimamente ligados às relações que cada pessoa teve com o mercado ao longo do seu percurso de vida, e de acordo com o seu percurso contributivo, havendo à partida uma clara e assumida diferenciação relativamente ao valor das pensões de reforma dentro daquele que é muitas vezes presumido como um grupo homogéneo – os/as reformados/as. Esta questão, aliada a muitas outras, tem também um impacto importante na forma como os indivíduos enfrentam esta nova fase da sua vida.

## 3. Idadismo

Esta distribuição do ciclo de vida tendo por base critérios etários, explicada por Guillemard (2007)

e também por outros/as autores/as, como Melissa Petit (2009), põe em evidência e reforça um percurso de vida rigidificado, marcado por etapas que evidenciam a passagem de um estatuto a outro, sem possibilidade de retrocesso, contribuindo para o surgimento de preconceitos e estereótipos relativamente a cada uma destas etapas.

Estes preconceitos e estereótipos tornam-se muito significativos no que diz respeito à auto e hetero imagem que se vai fortalecendo relativamente aos/as idosos/as. Perante situações de inatividade decorrentes do seu afastamento do trabalho, sobretudo pela reforma, as pessoas idosas acabam por ser remetidas frequentemente para situações de inatividade que reforçam representações de inutilidade destes indivíduos.

Conscientes dos impactos dos estereótipos e mitos existentes em relação às pessoas idosas, autores/as como Hoffman, Paris e Hall (1994) alertam para a *tendência da sociedade para discriminá-las, ignorá-las, ou não (as) levar a sério* (Hoffman, Paris & Hall, 1994, p. 509). É neste entendimento que surge o conceito de *"ageism"* ou *idadismo: estereótipo, preconceito ou discriminação baseados na idade, neste caso especificamente face a pessoas idosas* (Fonseca, 2006, p. 27).

Importa ter em conta que estes estereótipos e preconceitos em relação às pessoas idosas são um fenómeno muito abrangente, que tem subjacentes questões complexas e diversas, sendo importante reforçar que acabam por ter impactos diferentes de acordo com as circunstâncias de vida de cada pessoa, podendo reforçar nos/as próprios/as idosos/as uma auto imagem de incompetentes e incapazes.

## 4. A reforma

Perante os desafios que se têm vindo a referir, importa compreender do que falamos quando nos referimos à reforma.

Em 1986, Erikson, Erikson e Kivnick defendiam que a forma como a reforma tem sido percebida ao longo dos tempos vinha a alterar-se. Se anteriormente a reforma era entendida como o tempo do descanso dos/as idosos/as depois de um período longo de trabalho, compreendia-se que esta era cada vez mais percebida como o tempo para usufruir de uma nova fase da vida, desfrutando de novas experiências e descobertas (Erikson *et al.*, 1986).

O aumento da esperança média de vida e o facto de se chegar cada vez mais com melhores condições físicas e mentais à reforma, têm contribuído significativamente para esta mudança de perspectiva relativamente à reforma. A dissociação crescente entre a idade em que as pessoas

se reformam e as manifestações de senescência, bem como as novas dinâmicas sociais, destacando-se as crescentes possibilidades de percursos muito diversificados que abrem possibilidades de entradas na reforma cada vez menos uniformes, têm trazido múltiplos desafios para a compreensão da reforma e, conseqüentemente, do papel de “reformado/a”.

Fonseca (2011) apresenta uma síntese das principais ideias associadas à “reforma”, que configura em três definições possíveis do conceito: “(i) ausência de emprego “a tempo inteiro”; (ii) rendimento económico proveniente da segurança social e/ ou de outras pensões; (iii) identificação pessoal com o papel de ‘reformado’” (Fonseca, 2011, p. 11).

Ainda que estejam a acontecer mudanças significativas relativamente ao modo como a reforma é percebida, a literatura evidencia que esta passagem de trabalhador/a a reformado/a tem implícito um conjunto de mudanças que, na maioria dos casos, terão um grande impacto na vida das pessoas, sendo considerada “um autêntico momento de viragem na vida de cada um” (Fonseca, 2011, p. 11), comportando mudanças e desafios que implicam, por mais diversificados que possam ser os percursos, uma adaptação.

O grande desafio da reforma prende-se com o facto de esta contribuir para uma desinserção profissional, como defende Erikson et al (1986), e como corrobora Fonseca (2011), referindo que ao reformar-se, “a pessoa abandona a condição de ‘activa’ (socialmente bastante determinada, como vimos) e necessita de se adaptar à condição de ‘reformada’” (p. 11).

O trabalho, para além de ser um elemento fundamental na estruturação da vida económica e familiar dos indivíduos, acaba também por ser um importante contexto no que concerne ao estabelecimento de relações com colegas e até amigos/as com os quais a pessoa partilha grande parte do seu dia-a-dia. Erikson et al (1986) refere que o trabalho é um contexto em que a pessoa é parte de um empreendimento coletivo, é parte de algo maior que vai além do próprio indivíduo contribuindo também para a definição dos seus papéis sociais. Assim, a saída do mundo do trabalho implicará, necessariamente, um conjunto de readaptações, tanto na gestão do tempo no quotidiano, como na gestão das relações – sociais, profissionais e até familiares.

Neste sentido, autores como Kleiber e Amigo (2012) falam sobre a importância da preparação dos indivíduos para a reforma, nomeadamente a partir daquilo a que chamam de “educação para o tempo livre” (Kleiber & Amigo, 2012, p. 139), visto que a reforma comporta uma alteração muito

significativa relativamente à quantidade de tempo livre que a pessoa tem que gerir, podendo ser importante uma preparação consciente e atempada destas mudanças.

## 5. Teoria do Laço social

Procurando compreender os impactos da reforma na vida dos indivíduos à luz de uma outra abordagem, podemos refletir sobre as ruturas que esta mudança no contexto de vida dos indivíduos acarreta relativamente àquilo que Serge Paugam (2008) chama de *Laço Social*. Segundo este autor, o laço social tem sempre presentes duas dimensões: a *proteção*, que se prende com os recursos que cada pessoa pode mobilizar perante as dificuldades com que se depara ao longo da vida, e o *reconhecimento*, que está intimamente relacionado com a interação com outras pessoas e que estimula a pessoa, reforçando a importância da sua existência e permitindo que seja valorizada pelo outro.

O trabalho pode efetivamente ser um importante contexto no que respeita ao fortalecimento do laço social em ambas as dimensões, e a reforma pode surgir como um precipitador da rutura do laço social dos indivíduos.

Esta situação tornar-se-á particularmente evidente no que diz respeito ao laço de *participação orgânica* que, segundo Paugam (2008), se fortalece entre atores da vida profissional e tem subjacente a aprendizagem e o desempenho de uma função ou tarefa no contexto laboral. O facto de o indivíduo ter estabilidade no emprego e garantias de proteção social asseguram a dimensão da *proteção* do laço social, que poderá não ficar tão afetada com a reforma, uma vez que a pessoa continuará, em princípio, a ver garantidos os seus direitos de proteção social e de acesso a serviços – públicos e/ ou privados – de acordo com o seu percurso profissional. Por outro lado, no que diz respeito à dimensão do *reconhecimento*, que está associada ao sentimento de utilidade e estima social, já não se poderá dizer o mesmo, sendo esta uma das mais significativas ruturas que a reforma representa na vida do indivíduo. Como já foi referido, a reforma é frequentemente associada à inutilidade, havendo por isso uma desvalorização social do estatuto de reformado/a e do seu papel na sociedade. É neste seguimento que se torna imperativo pensar no impacto que esta rutura tem na vida dos indivíduos e das sociedades, pensando-se paralelamente se poderão existir formas de a contrariar.

Contudo, há que ter em conta que o Laço Social não se restringe à *participação orgânica*, daí que fará sentido perspetivar a vivência da reforma

considerando os outros tipos de Laço Social, assumindo-se que esta poderá ser uma das etapas mais privilegiadas para o reforço dos três outros tipos de laço social apresentados pelo autor.

No que diz respeito ao *laço de filiação*, que o autor associa à relação com a família, destacando pais/filhos/as, pode verificar-se o seu reforço sobretudo em relação a netos/as, bisnetos/as ou outros elementos mais novos da família, havendo um investimento afetivo recíproco entre gerações. Fatores como a maior autonomia para se deslocarem bem como a capacidade para utilizarem e recorrerem às novas tecnologias da informação podem ser um recurso potenciador desta maior proximidade entre as gerações.

A reforma pode também ser o tempo de reforço do *laço de participação eletiva*, associado essencialmente às relações de amizade que a pessoa estabelece para além da família, tanto com pessoas com as quais já mantinha este tipo de laço, ou até pelo estabelecimento de relações de amizade com novas pessoas que possa conhecer nesta fase (Paugam, 2008).

Por fim, esta crescente tomada de consciência do papel que podem os/as idosos/as reivindicar enquanto agentes de mudança e de participação política e social poderá ser a expressão maior do fortalecimento do *laço de cidadania* (Paugam, 2008).

## 6. Metodologia

Este artigo foi realizado a partir da análise de conteúdo de entrevistas realizadas a pessoas reformadas no âmbito de uma dissertação de Mestrado sobre “Voluntários/as reformados/as: Práticas de Voluntariado na Reforma”, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Gerontologia Social (Martins, 2012).

Optou-se por basear todo este estudo numa metodologia qualitativa (Bogdan & Biklen, 1994), já que se pretendia sobretudo ouvir, compreender e problematizar o que pensam pessoas reformadas que exercem atualmente voluntariado na cidade do Porto relativamente a esta atividade, os motivos pelos quais a iniciaram e se mantêm a praticá-la, e os impactos que esta pode ter tanto para eles/ elas próprios/ as como para as pessoas com as quais a desenvolvem.

A operacionalização deste intento materializou-se através do método intensivo ou estudo de caso, nomeadamente de voluntários/as reformados/as, assumindo-se a intenção de não se fazerem generalizações a partir desta investigação. Segundo Coutinho e Chaves (2002), o estudo de caso é um plano de investigação que envolve o estudo intensivo e detalhado de uma entidade

bem definida: o ‘caso’ (Coutinho e Chaves, 2002, p. 223), o que vai ao encontro do objetivo deste estudo empírico.

### Seleção dos/as participantes

Numa fase inicial do estudo foram contactadas três instituições da cidade do Porto que acolhem voluntários/as – a Cáritas Diocesano do Porto, a Associação Coração Amarelo – Delegação do Porto e a Associação de Voluntariado do Hospital de S. João.

O contacto com estas instituições teve por base vários fatores e justificações, sendo a principal o facto de uma parte significativa dos/as respetivos voluntários/as serem pessoas reformadas. Outro elemento importante na opção por estas instituições prendeu-se com o facto de existir alguma facilidade no contacto com as mesmas, o que se revelou uma mais-valia para o desenvolvimento do estudo.

A partir do contacto com ‘pessoas chave das instituições’ foi pedido que seleccionassem, perante a sua disponibilidade, voluntários/as da instituição (4 a 5 no máximo) para colaborarem neste estudo. As pessoas a convidar para participar no estudo deveriam cumprir, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Estar reformado/a’;
- Colaborar com a instituição como voluntário/a há mais de 1 ano.

A partir das indicações e contactos facilitados pelas instituições foram realizadas 6 entrevistas semidiretivas a voluntários/as reformados/as, das seguintes instituições da cidade do Porto: Associação Coração Amarelo - Delegação do Porto, Cáritas Diocesano do Porto e Associação de Voluntariado do Hospital de S. João.

### Recolha e tratamento dos dados

Relativamente às técnicas de investigação mobilizadas para a recolha de informação, foram realizadas Entrevistas Semidiretivas, uma vez que se pretendeu sempre um contacto direto com os/as entrevistados/as.

Para o tratamento dos dados recolhidos recorreu-se à análise de conteúdo procurando-se alcançar as informações subentendidas no discurso dos/as entrevistados/as, de acordo com a perspectiva de Bardin (1979) e Minayo (2000), segundo a qual através da análise de conteúdo se pode *ultrapassar o alcance meramente descritivo das técnicas quantitativas para atingir interpretações mais profundas com base na inferência* (Cappelle et al., 2003, p. 5).

De acordo com as indicações dos autores acima referidos, a análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas realizadas no âmbito deste estudo, respeitaram as três fases explanadas pelos autores: *pré-análise*; *exploração do material* e *tratamento dos resultados obtidos e apresentação* (Bardin, 1979 e Minayo, 2000, cit. Cappelle et al., 2003, p. 6).

Na *pré-análise* foi organizado o material disponível, fazendo-se uma seleção das entrevistas que iriam ser analisadas, a partir de uma primeira leitura do material. Tendo-se realizado catorze entrevistas semidiretivas (a todas as pessoas indicadas pelas instituições), optou-se por fazer análise de conteúdo a seis, considerando a limitação de recursos e a economia de tempo subjacente à realização desta tarefa. A seleção das entrevistas a analisar neste estudo teve por base dois tipos de critérios. Por um lado, foram usados critérios mais objetivos ou instrumentais, como a garantia da representatividade de um homem e uma mulher de cada instituição, a diversidade do grupo relativamente às habilitações académicas, bem como às atividades profissionais desempenhadas pelos/as voluntários/as antes da reforma, e a variedade relativamente ao tempo a que fazem voluntariado. Paralelamente, foram também tidos em conta critérios relacionados com a pertinência e novidade dos contributos relativamente aos indicadores de análise elaborados nesta fase.

A *exploração do material* materializou-se na codificação dos dados, que foram organizados em cinco grandes temas a partir dos quais foram definidas dezassete categorias de análise e sessenta e oito subcategorias de análise. Destes dados foram analisadas para este artigo os relativos à vivência da reforma lida a partir da teoria do laço social.

Por fim, foi realizado o *tratamento dos resultados obtidos* e a *interpretação* dos mesmos, à luz do quadro teórico e objetivos que sustentam todo este trabalho, tendo também, e de acordo com o que prevê Bardin (1979) e Minayo (2000), emergido *novas dimensões teóricas sugeridas pela leitura do material* (cit. Cappelle et al., 2003, p. 6), como se verifica em relação à leitura da reforma a partir da teoria do Laço Social, que aqui se explora.

## 7. Discussão dos resultados

A reforma, encarada como uma das *transições significativas* (Moen & Wethington, 1999) do processo de desenvolvimento, está marcada pela centralidade socialmente atribuída ao período de vida ativa e produtiva, o que leva a que a desinserção profissional que caracteriza a reforma se materialize como um dos grandes desafios que as pessoas

têm que enfrentar aquando desta nova etapa das suas vidas.

A compreensão de significados para a reforma surge nos discursos das pessoas entrevistadas neste estudo, marcados essencialmente por um entendimento do que significa para si próprio/a o tempo da reforma, bem como dos seus possíveis papéis enquanto reformados/as.

Artur<sup>2</sup> (68 anos) evidencia ao longo da entrevista esta reflexão sobre a reforma e a melhor forma de a encarar, que se torna óbvia quando refere que “eu acho que a reforma é para ser vivida de alguma forma! Sem estar parado, mas também sem ter a pressão do tempo do trabalho”.

“Quem trabalha 37 ou 38 anos, eu ainda consigo fazer 47 anos de trabalho, quando chegar ao fim desse tempo não pode estar sujeito a ter que se levantar às 7h porque às 8,30h tem que estar ali e depois sai às 16h... não, tem que ter uma certa liberdade, de arranjar um esquema em que tem obrigações para não ficar no ostracismo, ter alguma obrigação, de fazer alguma coisa, que é para me movimentar mas também não estar preso, senão a qualidade de vida vai-se embora”.

Artur realça a importância da pessoa ter objetivos para o seu dia-a-dia, de ter compromissos que o impelem a agir e a manter-se ativo, reforçando, porém, a importância de se encontrar um equilíbrio entre as atividades e compromissos que vai assumindo e outras dimensões que considera importantes, como o lazer e a liberdade de ir gerindo o seu tempo a seu gosto, remetendo-nos ao longo do seu discurso para a importância das pessoas prepararem a sua reforma, tal como vai recomendando a pessoas amigas: “vocês comecem a preparar, quando chegar a uma altura, comecem a arranjar um hobby, uma coisa qualquer, para que depois quando deixarem de trabalhar, não tenham uma transição tão brusca. Quer dizer, às vezes, uma passagem que pode ser realmente um programa do voluntariado, quando for possível, um trabalho desses... Um bricolage por exemplo, começar...”.

Indo claramente ao encontro do que reforça a literatura, verifica-se que o percurso profissional das pessoas entrevistadas marcou de forma muito significativa as suas vidas, tanto pela intensidade e esforço exigido pela especificidade do trabalho desenvolvido como pelo envolvimento emocional que marcou todo um percurso profissional. José, 67 anos, que fez toda a sua carreira ativa na Banca afirma que “durante a minha vida ativa tive sempre uma ocupação profissional muitíssimo intensa”. João, de 78 anos, chefe de serviço administrativo de uma grande empresa, por seu turno, era responsável por uma grande área administrativa numa das maiores empresas do Porto. Nas

palavras de Beatriz, de 81 anos, que foi professora e assistente social em Angola e Moçambique, percebemos este envolvimento emocional quando refere que “... foi tudo bonito e voltava a fazer o mesmo... eu como funcionária pública nunca o fui. Nunca tive horas, nem domingos”. O mesmo se compreende no discurso de Ana, de 57 anos, que era professora do 1º ciclo, quando refere que “Eu na escola tinha que ser professora, muitas vezes tive que fazer o trabalho de uma auxiliar, tive que limpar a escola,...”, e de Matilde, 58 anos, cozinheira, que refere em relação ao seu trabalho que “Adorava! Ainda tenho saudades, mas...”.

Tendo sido tão evidente nas entrevistas este forte envolvimento em relação ao tempo do trabalho, ficou em aberto a curiosidade relativamente à forma como as pessoas entendem esta questão da saída do mercado de trabalho. Voltando à abordagem de Paugam (2008), compreende-se que várias pessoas fazem referência à rutura do **laço de participação orgânica**, já que verbalizam que a reforma pode efetivamente constituir-se para algumas pessoas como um momento de rutura significativo, mas evidenciando um distanciamento pessoal em relação a estes impactos menos positivos que identificam como associáveis à reforma, o que se pode perceber nas palavras de José quando refere que “...a maioria das pessoas quando entra na reforma fica com grande disponibilidade de tempo e às vezes até com dificuldade em saber como ocupar o tempo”. Ana também mostra esta consciência de que o afastamento do contexto de trabalho pode constituir-se como um momento delicado da vida das pessoas dizendo que “Quando ao fim de muitos anos de trabalho se pára muito tempo as pessoas depois sentem que já não são capazes”. Por sua vez, Artur alerta para a importância das pessoas preparem a sua reforma, “Para não ser aquela, aquela saída... Sai do mundo do trabalho em que se levanta de manhã, chega a noite sempre ocupado, sempre ocupado e agora, de repente, fica sem ter que fazer nada”.

Em relação a esta questão apenas Ana assume de forma clara o afastamento do trabalho como um momento de rutura na sua vida, referindo que “Depois quando me reformei, sente-se a falta... Sente-se a falta... É muito bom estar reformada mas uma pessoa trabalha 30 e tal anos e depois o parar, pelo menos comigo, não deu resultado. Estive parada uns tempos, uns meses para descansar e tal mas depois...”.

Esta constatação leva-nos a questionar o impacto que o facto de terem entrado na reforma poderá ter tido nos três outros tipos de laço social, mantendo-nos na abordagem de Paugam.

No que concerne ao **laço de filiação**, associado pelo autor ao reforço das relações familiares de diferentes gerações (Paugam, 2008), duas pessoas referiram que a reforma permitiu o reforço deste laço, sendo que no caso de Ana - “Depois também tinha uma neta bebé, que nasceu mais ou menos nessa altura, e eu fiquei com ela diariamente, portanto tinha o tempo muito ocupado... (...) também tenho que dar resposta às necessidades dos meus porque também tenho pessoas de idade, tenho a minha mãe e outras pessoas da família, que também precisam de mim, e os meus filhos, a minha família mais direta” - e de Beatriz, que refere que “na Pré-reforma eu tive uma coisa que eu chamo o meu totoloto, que foi o neto que nasceu. E passado 4 meses, 5, fui a Lisboa buscá-lo porque ele nasceu muito miudinho e fui buscá-lo e trouxe-o”.

José menciona o reforço do laço de filiação mas em relação a outros, quando diz que “...algumas pessoas entram na reforma e têm uma vida muito ocupada, a cuidar de pais ainda mais idosos que necessitam ainda de muita assistência, ou com filhos ainda em condições em que precisam também de muita assistência...”.

Apenas Beatriz faz referência ao reforço do **laço de participação electiva**, remetendo para um período após a reforma em que passava muito tempo com amigas, com as quais tinha programas diários “telefonava-me a T.: vamos à baixa passar a tarde e lanchamos, hoje pago eu. Na quinta depois telefonava a F.: hoje vamos à baixa” e lá ia eu. Era a semana toda”.

No que diz respeito à possibilidade de a reforma permitir o reforço do **laço de cidadania**, poder-se-á dizer que está patente no discurso de todas as pessoas entrevistadas, em diferentes momentos e referido de diversas formas, podendo-se aqui evidenciar a observação de João, quando relata que “Efetivamente eu queria, permita-me, dar-me nesse sentido. .... E, de tal forma que, tanto queria dar-me e hoje vivo assim.[muito dedicado ao voluntariado]”, ou que “Há muitas formas de ser útil, mas pareceu-me uma das formas de ter em conta, e portanto, foi por isso”, bem como Ana, que diz que “o parar não ajuda e às vezes fazer alguns trabalhos de voluntariado, uma coisa levezinha vai ajudar as próprias pessoas reformadas, ao não as ajudar a envelhecer ou a deprimir e vai ajudar outros que precisam. No fundo há uma entreajuda”.

Também José faz referência à possibilidade de reforço do laço de cidadania, quando observa que “com a reforma a pessoa passa a ter mais tempo livre e começa a equacionar “Como é que eu vou ocupar este tempo?”. E aí nasce a vocação para ser útil!”, acrescentando que “é uma boa

pedagogia informá-los (aos reformados) sobre a vocação social de uma conduta pós-reforma”.

## 8. Conclusão

Perante as reflexões apresentadas neste trabalho podemos concluir que é necessário dotar de uma maior flexibilidade as estruturas de apoio e suporte social, até porque o *abandono da vida profissional pode dar-se em idades e segundo modalidades muito diversificadas de pessoa para pessoa e a transição do trabalho para a reforma é hoje muito mais fluida que dantes, articulando-se com formas de abandono da vida profissional carregadas de ambiguidade temporal e social como ‘horário flexível de trabalho’, ‘pré-reforma’, ‘desemprego de longa duração’, etc.* (Fonseca, 2011, p. 19).

Os debates sobre a Reforma, sobre a forma como é vivenciada esta transição, como as pessoas se preparam (ou não se preparam) para esta mudança, bem como os preconceitos e estereótipos associados a este momento de transição, à velhice e ao envelhecimento constituem preocupações atuais para a Pedagogia Social, sendo que há ainda muito a explorar neste domínio. A questão da Reforma é muito mais abrangente do que o exposto neste artigo, existindo um significativo número de pessoas que, por motivos diversos, acabam por sair definitivamente do mercado de trabalho em períodos precoces e/ ou contra a sua vontade, podendo-se esperar que situações como as reformas compulsivas ou antecipadas poderão ter um impacto distinto nas várias dimensões do laço social, sendo esta uma área em relação à qual valeria a pena apostar em termos de investigação.

Neste sentido, e recuperando a perspetiva de Guillemard (2007), a tónica das políticas sociais não deve situar-se exclusivamente na indemnização do risco, devendo preocupar-se também com as capacidades de participação efetiva das pessoas em contextos profissionais e outros. A autora refere que a proteção social deve ter subjacente o *princípio de investimento social*, explorado por Esping-Andersen, que pressupõe o estabelecimento de meios que permitam o desenvolvimento das capacidades das pessoas e o seu acesso à educação e formação ao longo das suas vidas.

A valorização de outras dimensões da vida das pessoas, será incontornável defendendo-se uma mudança de paradigma relativamente àquele que poderá ser o lugar das pessoas mais velhas nas sociedades ocidentais. A discussão já não pode assentar na dicotomia atividade/ inatividade, já que se tem tornado cada vez mais evidente que esta questão não pode ser lida apenas pela lente do trabalho formal e remunerado.

A problematização desta questão, para além da sua dimensão essencialmente económica, pode ser um dos fortes argumentos na reivindicação de uma nova solidariedade entre as gerações que atribua um maior relevo ao papel das pessoas mais velhas nos mais diversos domínios da vida social.

Se esta visão mais otimista e possível da vivência da velhice ainda não é real para todas as pessoas e estará ainda para muitas longe de o ser, acredita-se que caminhamos gradualmente para a reivindicação da continuação e reforço de uma mudança de paradigma, assente no respeito pelos Direitos Humanos de todas as pessoas, nomeadamente das pessoas mais velhas.



## Referências

- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação - Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bardin, I. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Cappelle, M., Melo, M., & Gonçalves, C. (2003). Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. *Organizações Rurais & Agroindustriais - Revista Eletrônica de Administração da UFLA*, 5 (1), 69-85.
- Coutinho, C., Chaves J. (2002). O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, 15 (1), 221-244. CIEd - Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/492>.
- Erikson, E., Erikson, J., & Kivnick, H. (1986) *Vital involvement in old Age*. New York: W. W. Norton. <http://dx.doi.org/10.1017/S0144686X00013131>.
- Esping-Andersen, G. (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. New Jersey: Princeton University Press. <http://dx.doi.org/10.1017/S0143814X00006218>
- Fonseca, A. (2006). *O envelhecimento - Uma abordagem psicológica (2ª edição)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Fonseca, A. (2011). *Reforma e reformados*. Coimbra: Almedina.
- Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2015). Pordata - Base de dados Portugal contemporâneo. Access 12 de março de 2015, em <http://www.pordata.pt/>.
- Guillemard, A. M. (2007). Uma nova solidariedade entre as idades e as gerações numa sociedade de longevidade. In S. Paugam (Eds), *Repenser la solidarité. L'apport des sciences sociales*. Paris: PUF. <http://dx.doi.org/10.1017/S0003975609000319>
- Hoffman, L., Paris, S., & Hall, E. (1994). *Development psychology today (6th edition)*. New York: McGraw-Hill.
- Kliber, D. A., & Amigo, F. B. (2012). La educación para el ocio como preparación para la jubilación en Estados Unidos y España. *SIPS - Pedagogía Social. Revista interuniversitaria, Tiempos educativos, tiempos de ocio*, 20, 137-176. [http://dx.doi.org/10.7179/psri\\_2012.20.4](http://dx.doi.org/10.7179/psri_2012.20.4).
- Martins, T. (2012). *Voluntários/as reformados/as: Práticas de voluntariado na reforma* (Dissertação de mestrado não publicada). Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Sra. da Hora, Portugal.
- Mendes, H., & Albuquerque, J. L. (2014). Segurança social: as pensões como retribuição do trabalho e como responsabilidade solidária. In R. M. do Carmo & A. Barata (Org), *Estado social: De Todos para Todos (136-166)*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- Minayo, M. (2000). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. (7ª ed.)*. S. Paulo.
- Moen, P., & Wethington, E. (1999). Midlife development in a life course context. In S. Willis & J. Reid (Eds), *Life in the middle*. S. Diego: Academic Press. <http://dx.doi.org/10.1016/b978-012757230-7/50020-1>.
- Paugam, S. (2008). *O Laço social*. Paris: PUF.
- Petit, M. (2009). Os reformados como novo recurso para a solidariedade e a coesão social. In *Seminário Combater a Reprodução Intergeracional da Pobreza e da Exclusão Social: que intervenções?: Actas*. Senhora da Hora: Centro de Investigação em Ciências Sociais do Serviço Social.
- Quivy, R., & Campanhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Silva, M., & Zimmermann, C. (2009). O princípio da desmercantilização nas políticas sociais. *Caderno CRH* 22 (56), 345-358. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792009000200010>.

## Nota

- <sup>1</sup> Aquando do pedido de identificação de voluntários/as para a participação no estudo, pelas organizações, pediu-se apenas que identificassem pessoas reformadas, sem se especificar o contexto/ enquadramento desta transição entre a vida profissional e a situação de reforma.
- <sup>2</sup> Todos os nomes apresentados no artigo são fictícios.

## CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO

Martins, T. (2017). A reforma e o laço social: reflexões a propósito dos encontros e desencontros da transição. *Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria*, 30, 159-168. DOI: 10.7179/PSRI\_2017.30.11.

## DIRECCIÓN COMPLETA DE LOS AUTORES

**Teresa Martins:** Rua Dr. Roberto Frias, 602.4200-465 Porto - Portugal. [teresamartins@ese.ipp.pt](mailto:teresamartins@ese.ipp.pt)

## PERFIL ACADÉMICO

**Teresa Martins:** Licenciada em Educação Social pela Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto (2007) e Mestre em Gerontologia Social pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto (2012), tendo tido como título de dissertação “Voluntários/as Reformados/as: Práticas de Voluntariado na Reforma”. Frequenta atualmente o Programa Doutoral em Gerontologia e Geriatria do ICBAS/ UP e Universidade de Aveiro. É docente da Unidade Técnico-científica de Ciências da Educação da ESE.IPP e investigadora do InEd – Centro de Investigação e Inovação em Educação da ESE.IPP. Tem trabalhado em projetos de intervenção e investigação nas áreas da Educação para o Desenvolvimento e Gerontologia, com especial enfoque no Voluntariado, Educação para os Direitos Humanos e Igualdade de Oportunidades, tendo as questões da participação – em todas as idades – como elemento comum.